

BREVE PANORAMA DAS MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS, ENTRE 1980 E 2005**

Roberto Marinucci*

Não é fácil abordar o tema das migrações internacionais entre 1980 e 2005. As dificuldades decorrem de muitos fatores, como a complexidade do fenômeno, sua intensidade e extensão e, sobretudo, sua índole dinâmica e transitória. Além disso, ao tratarmos de migrações, estamos focando um âmbito especificamente interdisciplinar, que abrange questões de cunho político, legislativo, jurídico, econômico, demográfico, sociológico, antropológico, psicológico, sanitário, cultural, étnico, religioso, pastoral etc. Esses âmbitos, com frequência, se entrelaçam, condicionando de forma diferenciada e peculiar as situações específicas de cada contexto e de cada migrante.

Nesta perspectiva, o objetivo deste trabalho não é apresentar uma visão exaustiva e pormenorizada da mobilidade humana internacional. Com efeito, uma análise global poderá focalizar apenas os aspectos mais relevantes e abrangentes, não podendo aprofundar as nuances de cada contexto. Além disso, deve-se lembrar que todo ponto de vista é a vista a partir de um ponto, ou seja, este trabalho priorizará necessariamente determinadas abordagens em detrimento de outras. Desta forma, seu objetivo fundamental, longe de querer exaurir o tema, é alimentar a reflexão e o debate sobre as migrações internacionais das últimas décadas e seus principais desafios em vista da construção de sociedades mais humanas e inclusivas.

Para uma melhor compreensão, optamos também dividir o período analisado em 3 blocos:

- de 1980 até 1989, que inclui o início do período pesquisado até a queda do muro de Berlim;
- de 1989 até 2001, que compreende o período da implosão da União Soviética até os atentados de 11 de setembro em Nova Iorque;
- de 2001 até 2005.

1. AS MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS ENTRE 1980 E 1989

1.1. Contexto geral. Os anos 80 foram caracterizados, em nível internacional, pelas progressivas mudanças ocorridas na União Soviética de Gorbachev (1985) – as assim chamadas *glasnost* e *perestroika*. Esse processo resultou, no final da década, na implosão do socialismo real e no fim da assim chamada Cortina de Ferro. Evento simbólico desse processo foi a derrubada do muro de Berlim, em 1989. No decorrer da década de 80, no entanto, a guerra fria ainda norteou as políticas internacionais. O mundo, dividido em dois blocos, vivia sob o espectro de uma guerra nuclear, guerra que provavelmente poria fim à existência de vida no planeta. Regimes militares e autoritários espalhavam-se pelos vários continentes. A violação sistemática dos direitos humanos

** Artigo disponibilizado no site http://www.csem.org.br/artigos_port_artigos2007.html em dezembro de 2007.

* Mestre em missiologia, pesquisador do CSEM - Centro Scalabriniano de Estudos Migratórios www.csem.org.br.

era utilizada para garantir a segurança nacional. As freqüentes denúncias de torturas e homicídios hediondos eram abafadas ou toleradas em vista da vitória contra o inimigo.

O direito de “ir e vir” não fugia desse clima geral. No bloco soviético, a mobilidade humana era extremamente restrita. O coletivismo dominante subordinava os interesses individuais às exigências do Estado. Por outro lado, no mundo filo-americano as violações ocorriam sobretudo nos assim chamados países em desenvolvimento, onde os regimes militares, além de restringir o direito de ir e vir, gerava ondas de exilados, sobretudo na América Latina. O mundo estava entrincheirado.

Entretanto, havia um paradoxo. Ao lado da subjacente violação sistemática de direitos humanos, promovia-se, em ambos os lados, um discurso ideológico “politicamente correto”. Uma parte enfatizava os direitos sociais, denunciando as desigualdades desumanas provocadas pelo capitalismo ocidental; a outra, ao contrário, focalizava as liberdades individuais garantidas pelo liberalismo, questionando assim o autoritarismo dos regimes comunistas. Enfim, todos violavam direitos humanos em nome dos direitos humanos!

1.2. As migrações internacionais. Um caso emblemático desta situação é representado pelo tema do refúgio. Neste período, a presença e a acolhida de refugiados era considerada uma arma fundamental em vista da vitória ideológica contra o adversário. Por exemplo, a atribuição da condição de refugiado a indivíduos provindos do Leste Europeu ou de Cuba tinha o objetivo de espalhar a idéia de que naqueles países as pessoas passavam por sérios riscos de vida. Os países comunistas não apenas não garantiam, mas atentavam contra a vida de seus cidadãos. Os refugiados se tornavam, assim, importantes instrumentos de propaganda ideológica contra o inimigo.

Mesmo assim, o fechamento das fronteiras do bloco soviético e as restrições imigratórias dos regimes militares dificultaram, nesta época, a fuga das pessoas perseguidas. Assim, no começo da década de 80, o número de refugiados era estimado em pouco mais de 9 milhões, enquanto no final, após a implosão da União Soviética, o número praticamente dobrou, passando para 19 milhões. O mesmo ocorreu em relação aos solicitantes de asilo, cujo número cresceu no decorrer da década, tendo seu ápice, justamente, em 1990. Finalmente, cabe não esquecer que o elevado número de refugiados decorre também da presença de conflitos inter-étnicos na África Oriental e Meridional, na Ásia Ocidental e Sul-Occidental, além do Oriente Médio.

No que se refere às migrações internacionais, as estatísticas disponíveis referem-se ao começo (1980) e ao fim (1990) da década. Isso torna difícil uma avaliação mais pormenorizada da evolução da mobilidade humana no decorrer do período analisado. Seja como for, os acontecimentos do final da década provocaram, no bloco comunista, fortes migrações internas e intensos fluxos emigratórios. A divisão da União Soviética em Comunidade de Estados Independentes fez com que o número de migrantes internacionais da região passa-se de 3 para 30 milhões.

Assim, na década de 80, o número de migrantes internacionais passou de cerca de 100 milhões, em 1980, para 154 milhões, em 1990. O aumento é extremamente elevado: em porcentagem, neste período, o número de migrantes internacionais cresceu mais que o dobro em relação à década anterior (1970-1980) e mais que o triplo em relação à década posterior (1990-2000). Todavia, cabe repetir que a causa está basicamente nas mudanças ocorridas na URSS.

Na Europa Ocidental, durante a década de 80, continuaram a se construir as bases para o nascimento da União Européia. Entre os objetivos almejados cabe lembrar a livre circulação de pessoas. É nesta ótica que, em 1985, Alemanha, França, Bélgica, Luxemburgo e Países Baixos assinaram o Acordo de Schengen, visando suprimir gradualmente os controles nas fronteiras comuns e instaurar um regime de livre circulação para todos os nacionais dos Estados signatários, dos outros Estados da Comunidade e de países terceiros, o assim chamado “espaço Schengen”. A Convenção de Schengen, que completa o Acordo, foi assinada em 1990 e entrou em vigor apenas em 1995.

Além disso, na Europa, nesta década, ocorreu uma importante inversão de tendência. Com efeito, os países do sudoeste europeu, tradicionalmente emissores de migrantes, se tornaram, progressivamente, os principais pólos atrativos, com destaque para Itália, Grécia, Espanha e Portugal. Esta mudança foi provocada tanto por razões geográficas (maior permeabilidade das fronteiras marítimas desses países), quanto econômicas (maior presença de mercado informal que favorecia a integração laboral dos imigrantes regulares e irregulares). Na Itália, por exemplo, os estrangeiros passaram de 183 (1980) para 781 mil (1990); em Portugal, de 42 para 108 mil; na Espanha, de 183 para 279 mil. Esta tendência continuará nas décadas posteriores, sobretudo na Espanha que, em 2000, se tomará o segundo pólo de atração de migrantes latino-americanos, após os EUA.

Na América do Sul, na década de 80, Argentina, Brasil e Venezuela continuaram sendo os principais países de acolhida de migrantes. Em alguns países, o fim dos regimes militares proporcionou o retorno de exilados. Já, em outros, precisará esperar a década de 90 para alcançar a democracia formal. Prossegue, neste período, a gradativa e constante diminuição da imigração extra-regional que totalizava 63%, em 1980, chegando a 51%, em 1990. Esmorece o sonho de “fazer América” na região latino-americana. Por outro lado, fortaleceu-se o fluxo de saída da região, sobretudo rumo aos EUA, onde, durante a década, dobra o número de imigrantes latino-americanos.

O Brasil, neste período, começou a ter saldos migratórios negativos, sendo cada vez maior o número de patrícios emigrando para o exterior, principalmente para os EUA, o Japão e o Paraguai. De um ponto de vista interno, continua o êxodo rural e o inchaço desordenado das principais megalópoles do país. Intensifica-se, de forma drástica, o processo de urbanização tanto no Brasil quanto na América Latina.

Os Estados Unidos registraram durante a década um significativo avanço da porcentagem da população estrangeira, que passou de 6,2 para 7,9% (cerca de 20 milhões de estrangeiros), em 1990. O aumento foi provocado, basicamente, pelo forte crescimento da imigração latino-americana e asiática. Neste continente, a crise do petróleo dos anos 70 gerou intensos fluxos migratórios, sobretudo masculinos, para a região do Golfo Pérsico. Nos anos 80, esses fluxos tendem a diminuir, por causa da redução do preço do petróleo e o aumento da emigração para o Oriente asiático, onde os assim chamados “Tigres Asiáticos” – Coreia do Sul, Taiwan, Singapura e Hong Kong – começam a ter taxas de crescimento elevadíssimas, atraindo mão-de-obra estrangeira.

Finalmente, no continente africano, as migrações estão relacionadas a um entrelaçamento de refugiados, trabalhadores em busca de emprego e nômades. As crises alimentares, os conflitos étnicos, o forte crescimento demográfico e a instabilidade política geram um contexto de ampla

mobilidade. De qualquer forma, na década de 80, a migração intra-regional é caracterizada sobretudo pelos refugiados, cujo número passa de 3,6 milhões, em 1980, para 5,4 milhões, no final da década. Além disso, intensifica-se a emigração para a Europa Meridional.

1.3 Principais desafios. Entre 1983 e 1989, o grande desafio da mobilidade humana, em nível internacional, é garantir o direito de “ir e vir”, bem como o direito de não ser exilado da própria pátria, direitos negados ou limitados pelos regimes comunistas e militares. A guerra fria, combatida basicamente nos países do Sul do mundo, gera ondas de refugiados e exilados. Por outro lado, a necessidade de vencer a guerra ideológica acarreta a assunção firme do discurso dos direitos humanos – civis e sociais – obrigando os países envolvidos a oferecer, além de um discurso “politicamente correto”, algumas ações concretas em defesa da dignidade humana, como, por exemplo, a acolhida dos refugiados ou o fortalecimento do *Welfare State*, na Europa Ocidental.

As migrações internacionais, neste período, registram um crescimento dos fluxos para os países economicamente mais desenvolvidos ou com maior capacidade de absorção de mão-de-obra. As migrações africanas para a Europa Meridional, aquelas asiáticas para a região do Golfo ou os Tigres Asiáticos, bem como a emigração latino-americana para os Estados Unidos confirmam a tendência. Por outro lado, além da questão econômica, os países que passaram pelo processo de descolonização tendem a priorizar a migração para os antigos impérios coloniais, sobretudo pelo conhecimento da língua. Finalmente, continua intenso o processo de urbanização, com a formação de numerosas megalópoles no Sul do mundo, como Cidade do México, São Paulo, Mumbai, Buenos Aires e Calcutá. O crescimento desordenado dessas cidades, longe de solucionar os problemas sociais, provoca fortes conflitos e o, assim chamado, processo de favelização.

2. AS MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS ENTRE 1989 E 2001

2.1 Contexto geral. A queda do muro de Berlim (1989) e a implosão da URSS têm provocado importantes modificações no cenário político internacional. O conflito entre os dois blocos é substituído pela hegemonia absoluta dos EUA, que são proclamados vencedores da guerra fria. É nesta época que se difunde a noção de “fim da história” (Fukuyama) para sinalizar a vitória definitiva do sistema capitalista/liberal sobre o socialismo histórico. A ideologia do “Pensamento Único” é difundida a fim de rechaçar qualquer alternativa à globalização neoliberal. A comunidade internacional, neste contexto, é chamada simplesmente a reconhecer, aceitar e se adaptar ao sistema vencedor.

Para nossa finalidade, o que mais importa é destacar como, em ausência de interlocutores válidos, a hegemonia estadunidense provocou uma progressiva relativização dos direitos humanos, até então bastante valorizados como arma ideológica contra os regimes socialistas. O exemplo mais claro é representado pela Guerra do Golfo, em 1991, que, além de milhares de vítimas e refugiados, tanto kuwaitianos quanto iraquianos, provocou a morte de dezenas de milhares de crianças devido ao rígido embargo imposto ao regime de Saddam Hussein. Enfim, a hegemonia absoluta leva os EUA a menosprezar a prioridade dos direitos humanos, desmascarando, desta forma, o caráter meramente ideológico que o discurso humanitário tinha assumido durante a guerra fria.

Nesta década, a questão ecológica começa a se tornar assunto prioritário da pauta internacional. Em 1997, é criado o Protocolo de Kioto com o objetivo de reduzir em 5% a emissão de dióxido de carbono, incentivar o uso de energia “limpa” e o reflorestamento de áreas desmatadas. Infelizmente, o Protocolo não foi assinado por dois dos maiores responsáveis pela emissão de dióxido: Austrália e, sobretudo, EUA, responsável, sozinho, pela emissão de 25% do total de gás carbônico. Seja como for, a difusão da questão ecológica tem despertado o mundo inteiro acerca da insustentabilidade e dos riscos do modelo de desenvolvimento contemporâneo, sobretudo para as gerações futuras.

Além disso, a preocupação com o “planeta terra” tem favorecido o nascimento de um novo paradigma interpretativo da realidade, um paradigma holístico que aponta a “família humana”, em plena comunhão com o meio ambiente e os demais seres viventes, como verdadeiro sujeito histórico, questionando assim as espúrias e efêmeras divisões nacionalistas: antes de que cidadãos deste ou daquele país, somos “humanos”, cidadãos do *humus*, do planeta terra.

2.2 As migrações internacionais. De um ponto de vista estatístico, o número de migrantes internacionais aumentou de 154 milhões, em 1990, para 175 milhões, em 2000. Um aumento significativo (1,3%), embora muito inferior à década anterior (4,3%). O que chama a atenção na análise dos dados estatísticos das Nações Unidas é a substancial manutenção do número de migrantes internacionais nos países em desenvolvimento (de 64,3 milhões, em 1990, para 64,6 milhões, em 2000). Por outro lado, nos países desenvolvidos o número total passa de 90 para 110 milhões.

Desses dados não se deve inferir a ausência de migrações internacionais nos países economicamente mais pobres. De fato, uma explicação do insignificante aumento dos números absolutos de migrantes é a redução do número de refugiados que compensa o crescimento das migrações internacionais das regiões do Sul, gerando, assim, um saldo final estável. De fato, em 1990, as pessoas que obtiveram o estatuto de refugiados totalizavam cerca de 17 milhões, ao passo que, em 1999, chegaram a 12. Algumas regiões, de forma específica, passaram por uma radical redução: América Latina e Caribe, de 1,1 milhões, em 1990, para pouco mais de 60 mil, em 1999; a África, de 5,8 para 3,5 milhões; a Ásia, de 7,0 para 4,7 milhões. Apenas na Europa, devido sobretudo aos conflitos nos Bálcãs, o número aumentou expressivamente, passando de 1,4 para 2,6 milhões, em 1999.¹

Enfim, na última década do século XX, verifica-se uma expressiva diminuição, embora não linear, do número de refugiados, sobretudo nos assim chamados países em desenvolvimento. Por outro lado, é evidente o crescimento dos fluxos na direção Sul-Norte, a saber, dos países economicamente mais pobres para aqueles mais ricos. Diferentes fatores podem ter provocado esses fluxos. Em primeiro lugar, as crises econômicas de alguns importantes países do Sul, como

¹ Cabe salientar que, ao apresentarmos o número de refugiados do começo e do fim da década (1990 e 1999), não conseguimos avaliar plenamente a evolução dos números. Por exemplo, na África, é em 1994 que se registra o maior número de refugiados (6,7 milhões), justamente, em correspondência com o grande genocídio de Ruanda; já, na Ásia, os refugiados superam os 8 milhões em 1991, ano da Guerra do Golfo, enquanto, na Europa, o ápice de 3,4 milhões ocorre em 1992, em decorrência do acirramento dos conflitos na Iugoslávia. Cabe ressaltar também que, neste caso, estamos falando apenas das pessoas que obtiveram do ACNUR o reconhecimento da condição de refugiados. Acredita-se, pois, que o número real de refugiados no mundo possa ser 3 ou 4 vezes maior.

México e Brasil, na América Latina, os “Tigres Asiáticos” (1997) e a Rússia (1998), na Ásia, crises que afetaram profundamente as economias do Sul do mundo, gerando, inclusive, um generalizado clima de desânimo. Não é por acaso que, de acordo com a CEPAL, na década de 90, na América Latina aumentou em 20 milhões o número de pobres.²

Simultaneamente, a aceleração do processo de globalização tem aprimorado e barateado os meios de transportes e informação, contribuindo assim para a criação de redes sociais cada vez mais interconectadas e eficazes na promoção de correntes migratórias. A presença dessas redes tem assumido um papel cada vez mais importante na definição das rotas migratórias. Nesta década, multiplicaram-se também as redes de cunho mafioso e criminal, especializadas em traficar migrantes, ou seja, permitir o ingresso irregular de pessoas em outros países, ludibriando as legislações e os controles fronteiriços. Essas agências nasceram e se difundiram em resposta ao crescimento de políticas imigratórias cada vez mais restritivas em relação ao ingresso irregular de migrantes. A lucratividade dessas redes, no decorrer da década, cresceu de forma espantosa, tornando-se o negócio internacional mais lucrativo após o tráfico de drogas e de armas. Esse fator contribuiu de forma determinante para o envolvimento de tradicionais organizações mafiosas – por exemplo, a máfia russa, chinesa, nigeriana, entre outras – dificultando profundamente o combate.

No que se refere às migrações, esta época é caracterizada, em princípio, pelo surgimento de novos fluxos “de” e “no interior” do Leste Europeu. A divisão da União Soviética na Comunidade de Estados Independentes gera fortes migrações internas, além de abrir as fronteiras para intensos fluxos direcionados para a Europa Ocidental, onde começam a multiplicar-se a presença de emigrantes do Leste, sobretudo, russos, ucranianos, poloneses, búlgaros, letões e lituanos.

Além disso, na Europa as migrações adquirem mais duas características peculiares. Em primeiro lugar, intensifica-se a emigração para o sul europeu, que se torna, gradativamente, a principal área de atração da região, tanto como destino final quanto como terra de trânsito. Em segundo lugar, aumenta de maneira drástica a imigração oriunda da região dos Bálcãs, onde, em decorrência da gradativa dissolução da Iugoslávia, explodem vários conflitos, abrangendo a Eslovênia, a Croácia, a Bósnia, o Kosovo e a Sérvia. Também da Albânia, após a abertura política, nasce um importante fluxo migratório, com a conseqüente saída, às vezes massiva, de migrantes e refugiados em *boat-people*, sobretudo para as costas adriáticas da Itália.

Simultaneamente, aumenta também o fluxo migratório da África do Norte para a Europa, incluindo tanto as populações magrebins quanto, em menor parte, as sub-saharianas. O Mediterrâneo, o antigo *Mare Nostrum* dos romanos, se torna o *mare-cimitero* de centenas de migrantes irregulares que com pequenas embarcações tentam a desesperada façanha de chegar até as costas da Itália ou da Espanha. Finalmente, não pode ser menosprezada a emigração asiática para Europa, com destaque para o Oriente Médio, onde, neste período, continua forte a crise entre

² O sociólogo Robert Kurz, analisando essa realidade, fala em “desertificação econômica” do Sul do mundo provocada pela profunda crise do neoliberalismo no final do século XX. Conseqüência inevitável é o crescimento dos fluxos rumo aos “oásis de produção” (KURZ, Robert. “Barbárie, migração e guerras de ordenamento mundial”. In: SERVIÇO PASTORAL DOS MIGRANTES (org.). *Travessia na desordem mundial*. Fórum Social das Migrações. São Paulo: Paulinas, 2005, p. 25-36).

Israel e Palestina, bem como os conflitos do povo curdo, tanto na Turquia quanto no Iraque devastado pela guerra.

No que se refere às políticas imigratórias, como já vimos, em 1985, vários países da Europa Ocidental assinam o Acordo de Schengen, para criar um território sem fronteiras – “espaço Schengen” – de livre circulação de pessoas, mediante a supressão dos controles nas divisas internas dos Estados signatários. Na década de 90, o Acordo foi assinado pela Itália (1990), Espanha, Portugal (ambos em 1991), Grécia (1992), Áustria (1995), Finlândia, Suécia e Dinamarca (1996). Enfim, neste período, a União Européia, nascida em 1992 com o Tratado de Maastricht, buscava a livre circulação de pessoas no interior do próprio território e, sobretudo, um mercado único, em que bens, serviços e capitais pudessem circular livremente.

Pouco a pouco, na União Européia 15, cresceu a preocupação com a imigração irregular, sobretudo, na região mediterrânea. Por outro lado, o envelhecimento populacional e a baixa natalidade têm gerado uma crescente demanda por mão-de-obra, qualificada ou não, a fim de sustentar o crescimento econômico da região. De acordo com o Informe da ONU *World Economic and Social Survey* de 2004³, continuando os mesmos padrões de crescimento vegetativo, o continente europeu corre o risco de ver reduzida a própria população, até 2050, de 139 milhões de pessoas, caso não haja nenhuma imigração. Esses dados são confirmados por Eurostat: desde 1992, o incremento demográfico total da região é gerado, principalmente, pela imigração neta.

Fica evidente a necessidade da Europa e, de forma específica, da UE de abrir as portas para a chegada de estrangeiros que possam abastecer o mercado de trabalho da região, sobretudo em determinados setores rechaçados pelos trabalhadores locais. Neste sentido, as restrições nas políticas imigratórias referem-se menos à redução das cotas de imigrantes regularmente acolhidos, que à luta contra a imigração irregular. Enfim, nesta década, a União Européia depara-se com a necessidade econômica da abertura das fronteiras para o ingresso de trabalhadores migrantes e, ao mesmo tempo, enfrenta crescentes conflitos de cunho xenófobo, pela dificuldade de encontrar caminhos de acolhida, interlocução e integração dos estrangeiros.

Neste período, tornam-se mais rígidas também as políticas imigratórias dos EUA. Em 1990, de acordo com dados do governo, viviam cerca de 20 milhões de imigrantes, sendo que no final da década, o número cresceu para 30 (2000). Na década, destaca-se o forte crescimento da imigração regular de russos, poloneses, indianos, chineses e filipinos. No entanto, em termos gerais, é a presença latino-americana que se torna cada vez mais hegemônica, ultrapassando, no fim da década, 50% do total, com destaque para os mexicanos que, durante a década, passam de 4,2 para 7,8 milhões. Conseqüência disso é o expressivo aumento da porcentagem de migrantes em relação à população total estadunidense, que vai de 7,9%, em 1990, para 10,4%, em 2000.

Ainda nos EUA, devido à crescente imigração irregular, os controles fronteiriços se tornaram cada vez mais rígidos, inclusive mediante a utilização de tecnologias sofisticadas. O principal “campo de batalha” foi identificado na fronteira com o México, que mede mais de 3 mil km e que constitui o principal caminho de ingresso irregular de migrantes, mexicanos e não. A construção de um muro de 112 km na fronteira dificultou, mas não impediu a travessia. Nos anos

³ Cf. ONU. *World Economic and Social Survey* – 2004. Disponível em: <http://www.un.org/esa/analysis/wess/wess2004files/part2web/part2web.pdf>. Acesso em: 24.08.2006.

90, morreram milhares de pessoas, sobretudo latino-americanos, tentando atravessar os desertos e os rios que separam os dois países.

O que torna a situação mais contraditória é a assinatura, em 1994, do NAFTA, tratado de livre comércio entre México, EUA e Canadá: paradoxalmente, o acordo não inclui a livre circulação no mercado de trabalho. Dito de outra forma, enquanto as mercadorias circulam livremente entre os três países, criam-se barreiras para evitar a livre circulação de mão-de-obra. O NAFTA, nesta ótica, não segue o caminho da União Européia que, como vimos, opta pelo fim das fronteiras entre os países do “espaço Schengen”. Enfim, após o fim da guerra fria, o “inimigo comunista” – leia-se “o outro” – foi substituído por outros inimigos, entre os quais os próprios imigrantes, sobretudo os irregulares.

No que se refere às migrações asiáticas, na primeira metade dos anos 90 ocorreu uma forte retração de um dos mais importantes pólos de atração, a saber, a região do Golfo, devido ao primeiro conflito no Iraque (1991). Nesta época um significativo número de estrangeiros saiu da região. No entanto, na segunda parte da década há uma retomada desse fluxo, sendo que, em 2000, os seis países do Conselho de Cooperação do Golfo registravam mais de 50% da mão-de-obra de origem estrangeira, chegando a mais 80% nos Emirados Árabes, Qatar e Kuwait.

Nesta época, continuou o *boom* econômico de alguns países na Ásia Meridional, como, Malásia, Taiwan, Honk Kong, Singapura, Coreia do Sul e Japão, aonde chegaram um número significativo de trabalhadores asiáticos, provindos, sobretudo, das Filipinas, Índia, Indonésia, Bangladesh, China, Tailândia e Sri Lanka. São basicamente migrações de trabalhadores que se inserem nos ramos da construção e de serviços.

O Japão, de forma específica, abriu suas portas para trabalhadores migrantes sobretudo a partir dos anos 80, quando começou a aparecer escassez de mão-de-obra em determinados setores da economia. Assim, entre 1975 e 2001, o número de estrangeiros regulares passou de 750 mil para 1,8 milhões. O governo japonês escolheu atrair principalmente os descendentes nipônicos provindos do Brasil e do Peru.

Ainda no continente asiático, no fim dos anos 90, as crises econômicas dos Tigres Asiáticos têm levado à elaboração de políticas migratórias mais restritivas. Por outro lado, incentivou-se o ingresso de mão-de-obra qualificada. Finalmente, cabe lembrar que a região é caracterizada também pelo forte impacto do tráfico de pessoas, tanto nos moldes de *trafficking* como de *smuggling*⁴. Além disso, a extrema pobreza de muitas regiões do continente, a presença de conflitos bélicos e, mais recentemente, as catástrofes naturais têm gerado numerosas migrações forçadas ou induzidas.

No continente africano o número de migrantes internacionais, excluindo os refugiados, subiu constantemente nas últimas décadas, chegando, entre 1990 e 2000, a mais de 12 milhões. Na região, continua elevada a migração interna, bem como as migrações de retorno, sobretudo de refugiados e trabalhadores sazonais. No entanto, o que caracteriza este continente é, sobretudo, a

⁴ Por *trafficking* entendemos a o tráfico de seres humanos para fins de exploração sexual ou trabalho escravo. A Convenção de Palermo, da ONU, define o fenômeno como um cerceamento da liberdade da pessoa “por meio de ameaça ou uso da força ou outras formas de coerção, de rapto, de fraude, de engano, do abuso de poder ou de uma posição de vulnerabilidade ou de dar e receber pagamentos ou benefícios para obter o consentimento para uma pessoa ter controle sobre outra pessoa, para o propósito de exploração” (art. 3). Já, o *smuggling* é o tráfico de seres humanos com o único objetivo de permitir a entrada irregular do migrante em território estrangeiro.

emigração extra-regional. Entre os povos magrebinos, os pólos de atração são preferencialmente a Europa ou os países petrolíferos do Oriente Médio. O Magreb é também lugar de trânsito para migrantes da região sub-sahariana que tencionam entrar na Europa.

Na África Ocidental, a Costa de Marfim se tornou, nos anos oitenta e noventa, um importante pólo de atração de trabalhadores agrícolas. No entanto, a deterioração econômica tem gerado políticas mais rígidas em relação aos estrangeiros, além de uma substancial migração de retorno. Este fenômeno fez com que Burkina Faso, em 2000, se transformasse num dos países com maior número de pessoas nascidas no exterior. Nigéria e Gana, também, abrigam um alto número de estrangeiros.

Na região sub-sahariana, a extrema pobreza, os conflitos religiosos e étnicos, a instabilidade política e econômica, além das urgentes crises sanitárias, têm provocado deslocamentos forçados ou induzidos. Deve-se lembrar, neste sentido, dos acontecimentos trágicos de Ruanda onde, em 1994, o governo Hutu planejou e realizou um genocídio sistemático de Tutsi, provocando o assassinato de centenas de milhares de pessoas e a explosão de um violentíssimo conflito. Dois anos antes, em Angola, ocorreu o “massacre de Luanda” perpetrado pelas forças militares e de defesa civil do MPLA, visando o aniquilamento da UNITA. Dezenas de milhares de pessoas foram assassinadas. Enfim, em vastas áreas do continente africano, os deslocamentos geográficos respondem mais à necessidade de sobreviver do que ao desejo de melhorar as próprias condições de vida.

De qualquer forma, a intensa mobilidade humana no interior do continente, a ampliação da economia de exportação, o declínio da produtividade agrícola, a desertificação de amplas áreas e a busca por infra-estrutura social básica têm provocado, em algumas regiões, um rápido processo de urbanização. Assim, embora em 2001 mais de 60% da população do continente ainda morasse em áreas rurais, no final da década de 90, pela primeira vez, uma cidade africana aparecia entre as primeiras 10 megalópoles do mundo. Trata-se de Lagos, na Nigéria, com 13,4 milhões de habitantes. A urbanização é muito intensa também na África do Sul, nos países em torno do Golfo de Guiné e na região mediterrânea, onde se destaca Cairo, a capital do Egito, com cerca de 10 milhões de habitantes. De forma análoga a outras regiões em desenvolvimento, na África, o processo desordenado de urbanização não tem contribuído de forma significativa para solucionar os problemas sociais.

Nos últimos anos, verificou-se também um significativo aumento das migrações de mulheres. O fato é significativo, principalmente levando em conta que tal prática era proibida e condenada em vários contextos culturais. Geralmente, as mulheres migram por razões de trabalho. Os empregos mais frequentes estão relacionados ao comércio, mas também a profissões mais qualificadas, sobretudo no que se refere aos países do Golfo.

A América Latina, na década de 90, como vimos, enfrenta mais uma “década perdida”, o que provoca uma verdadeira explosão de emigração extra-regional. As já citadas crises econômicas do México e do Brasil, as dificuldades em combater a corrupção e garantir processos substancialmente democráticos, criam um forte desânimo em relação ao futuro da região. Primeira consequência é a forte diminuição da imigração extra-regional, que passou de 51% para 41% do total de imigrantes.

Por outro lado, cresceu vertiginosamente a emigração extra-regional, tendo como grande pólo de atração os EUA, onde o número de latinos passa de 7, em 1990, para 15 milhões, em

2000. Além disso, constata-se a presença, no final da década, de cerca de 3 milhões de latino-americanos e caribenhos, em outros países fora da região, com destaque para Japão, Espanha e, mais em geral, a União Européia. A emigração intra-regional continua presente, mas de forma menos intensa, tendo como metas prioritárias Argentina, Venezuela e Brasil, na América do Sul, e Costa Rica e México, na América Central.

A região registra, nesta década, as maiores taxas de urbanização do Sul do mundo. Entre 1972 e 2000, o número de pessoas residentes em áreas urbanas passa de 176 para 390 milhões, alcançando uma porcentagem de 75% do total da população. Cabe salientar, no entanto, que existem profundas diversidades regionais: na América do Sul, por exemplo, a porcentagem é de 80%, enquanto na América Central de 63%. Em 2000, América Latina tinha 7 cidades com mais de 5 milhões de habitantes (São Paulo, Cidade do México, Buenos Aires, Rio de Janeiro, Lima, Bogotá e Santiago do Chile), onde residiam cerca de 15% do total da população da região. A urbanização nem sempre tem contribuído ao bem-estar dos povos. Sérios problemas ambientais envolvem muitas megalópoles, sobretudo no que se refere à concentração de resíduos sólidos domésticos e industriais, falta de saneamento básico e poluição atmosférica.

Na América Central, nos anos 90, com o progressivo fim dos regimes militares, verifica-se a repatriação voluntária de centenas de milhares de refugiados e *desplazados*. Desta forma, caiu o número de migrantes internacionais na região – cerca de 1,1 milhões, em 2000. Mesmo assim, as migrações de índole política são substituídas por aquelas de índole econômica, como, por exemplo, as de trabalhadoras domésticas nicaragüenses para Costa Rica.

Em geral, na década de 90, duas realidades latino-americanas e caribenhas se apresentavam como prioritárias e desafiadoras: a situação sócio-econômico-política do Haiti – sobretudo após o golpe militar de 1991 –, com a maciça migração para Santo Domingos; o caso Colômbia, que envolvia narcotráfico, guerrilhas, ingerências estrangeiras e, sobretudo, o deslocamento de centenas de milhares de pessoas, dentro e fora do território nacional. Ainda hoje, essas duas realidades continuam sendo extremamente desafiadoras.

O Brasil, como vimos, começa a ter saldos migratórios negativos a partir da segunda metade dos anos 80. Na década de 90 continua crescendo a evasão populacional, agora menos para o Paraguai do que para os EUA, Japão e União Européia. No âmbito interno, ocorre uma redução do crescimento populacional das megalópoles, devido sobretudo à migração de retorno, muito forte, por exemplo, na direção São Paulo – Nordeste, bem como à migração para as cidades de tamanho médio (entre 100 e 500 mil habitantes). De acordo com o Censo de 2000, cerca de 82% da população nacional residiam em áreas urbanas, uma das porcentagens mais altas na América Latina. Assim, reduzido o êxodo rural, registrou-se, na década, a intensificação das migrações inter e intra-urbanas.

No que diz respeito ao campo, continua a migração sazonal com todos os problemas anexos, sobretudo no que se refere aos conflitos pela terra, ao trabalho escravo e às lutas dos movimentos populares pela reforma agrária. Enfim, a população brasileira parece ter internalizado a prática migratória que se tornou um elemento constitutivo da vida da maioria da população, um verdadeiro *modus vivendi*: vive-se “em estado de migração”.

2.3. *Principais desafios*. Após 1989, a intensificação da mobilidade humana e o fim da guerra fria colocam o tema das migrações internacionais entre os principais temas da agenda

política da maioria dos países do mundo. O acirramento das desigualdades sociais provocado pela globalização neoliberal tende a substituir o muro entre Leste e Oeste (muro de Berlim) com outros muros, agora entre o Norte opulento e o Sul empobrecido (por exemplo, o muro na fronteira entre EUA e México). Nesta década, pela primeira vez, a maioria dos migrantes internacionais reside nos países economicamente mais ricos, o que aponta para o crescimento do fluxo Sul-Norte. As migrações internacionais, então, podem ser interpretadas como caminhos de busca da inclusão biológica (sobrevivência) e social (cidadania) por parte de populações excluídas da realização das promessas da modernidade.

A década de 90, apesar de ser um período de crise dos movimentos sociais e humanistas, registrou também importantes sinais de resistência, como os zapatistas do México (1994), os protestos de Seattle (1999), as fortes reações pacifistas contra a primeira guerra no Iraque e, mais em geral, a ação de ONGs locais e internacionais em defesa dos direitos humanos. É neste contexto de reação à globalização neoliberal que se fortalecem também redes de resistência “de” e “para” migrantes e refugiados, como atestado pela criação de numerosos grupos de defesa e promoção dos direitos humanos das pessoas em mobilidade.

Entretanto, o fortalecimento dessas redes de solidariedade revela também o crescimento da vulnerabilidade de migrantes e refugiados. As progressivas restrições das políticas de imigração e o crescimento demográfico do Sul do mundo intensificam a pressão migratória. Nesta situação, muitas pessoas decidem migrar de forma irregular, mesmo tendo plena consciência dos riscos envolvidos, tanto durante a travessia quanto na terra de chegada.

Entre os problemas decorrentes da imigração irregular está a dificuldade do reagrupamento familiar. Não possuindo documentação regular, se torna difícil para o/a migrante sair temporariamente do país ou promover a chegada das famílias. Criam-se, assim, núcleos familiares divididos ou transnacionais. Apesar disso, o princípio do reagrupamento familiar se torna tema de debates e de propostas legislativas, sobretudo no que diz respeito aos migrantes regulares.

Neste sentido, cabe realçar que, em 1990, a Assembléia Geral das Nações Unidas aprovou a “Convenção Internacional sobre a Proteção dos Direitos de todos os Trabalhadores Migrantes e seus Familiares”, após 10 anos de trabalho de redação e negociação. A Convenção, no entanto, vigorou apenas a partir de 1º de julho de 2003, ano em que foi ratificada pelo vigésimo país (Guatemala). A eficácia deste importante instrumento de proteção dos direitos dos trabalhadores migrantes depende da ratificação dos principais países de imigração. Cabe à sociedade civil organizada pressionar os governantes nesta direção.

Neste período, a vulnerabilidade dos migrantes é provocada também pelo crescente clima xenófobo que se alastrou por muitos países. Não raramente, os estrangeiros se tornaram bodes expiatórios para dissimular as crises sociais provocadas pelo progressivo dismantelamento do *Welfare State*, sobretudo na Europa Ocidental. O Estado social deixa de existir. Agora é o indivíduo que deve prover, economicamente, ao seu futuro. Difunde-se um clima geral de insegurança. É neste contexto que se insere a entrada de imigrantes irregulares e o crescimento da xenofobia.

Por outro lado, o crescimento das migrações internacionais tem favorecido a formação de contextos sociais cada vez mais multi-étnicos, multi-culturais e multi-religiosos, ou seja, a presença, no mesmo espaço geográfico, de membros de etnias, culturas e religiões diferentes.

Surge o grande desafio da construção de sociedades interculturais, onde as alteridades não sejam apenas respeitadas e toleradas, mas possam entrar em diálogo em vista do enriquecimento recíproco. Condição *sine qua non* da concretização da interculturalidade é garantir um saudável processo de integração ou incorporação do migrante e refugiado na sociedade de chegada.

Infelizmente, na década, cresce também o número de pessoas que almejam outra solução: a exclusão ou assimilação dos imigrantes. A exclusão se dá pela redução do número de estrangeiros, enquanto a assimilação pela exclusão ou negação de sua alteridade, ou seja, o migrante é aceito desde que renegue sua identidade biográfica. Em ambos os casos, estamos diante de evidentes violações de direitos humanos fundamentais.

3. AS MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS ENTRE 2001 E 2005

3.1 Contexto geral. O começo do terceiro milênio é caracterizado por uma intensificação da globalização neoliberal. Alguns países emergentes se destacam, em nível internacional, pelo crescimento econômico e pelo papel nas relações internacionais. É o caso da Índia, da China, da Rússia e do próprio Brasil. No entanto, o crescimento da economia é profundamente abalado pelo espectro do terrorismo, cuja visibilidade se torna universal aos 11 de setembro de 2001, nos ataques às torres gêmeas de Nova Iorque.

Este evento provocou o retorno imponente do tema da “segurança”, gerando novas suspeitas em relação aos imigrantes, sumariamente responsabilizados pelo recrudescimento de atentados terroristas. Disso decorreu um acirramento da luta contra a imigração irregular⁵, através da construção de muros, da militarização de espaços fronteiriços, da cooperação e troca de informações entre países e da utilização de tecnologia sofisticada para o controle das fronteiras e a emissão de vistos. Na realidade, o 11 de setembro não mudou as orientações básicas de política internacional e imigratória, apenas se tornou a justificativa ideológica para legitimar posições preexistentes.

Portanto, no começo do novo milênio completa-se a passagem do Estado Social para o Estado de Segurança. Estamos de acordo com Bauman quando afirma que o Estado contemporâneo, ao perder seu papel na economia, devido à hegemonia neoliberal, encontra sua única razão de existir na promoção da segurança.⁶ Cabe sublinhar que por “segurança” entende-se a “segurança nacional” e não a “segurança humana”. A preocupação está na defesa do Estado Nacional, dos direitos dos próprios patrícios e não dos direitos “humanos”, ou seja, da humanidade. A guerra no Afeganistão é emblemática: com o objetivo de matar um punhado de responsáveis pelos atentados de Nova Iorque, um inteiro país foi destruído, matando milhares de civis. Na realidade, as vítimas inocentes das guerras ou das prisões “preventivas” são

⁵ Cf. COMISIÓN DE POBLACIÓN E DESARROLLO – ONU. *Seguimiento de la población mundial, con especial referencia a la migración internacional y el desarrollo*, n. 112. De acordo com o relatório, “como respuesta, los gobiernos han impuesto requisitos más estrictos para conceder visados o requisitos de visado a los ciudadanos de países de donde salen constantemente migrantes irregulares. Son cada vez más los países que expiden documentos electrónicos de viaje, pasaportes con mejores elementos de seguridad cuya falsificación es difícil y visados a prueba de falsificación, dificultando de ese modo la falsificación de los documentos oficiales de viaje. Además, los gobiernos comparten cada vez más información sobre sospechosos y están aumentando la cooperación sobre el control fronterizo”.

⁶ Cf. BAUMAN, Zygmunt. *Vidas desperdiçadas*. São Paulo: Zahar, 2005.

consideradas sacrifícios necessários para a luta contra um mal maior, a saber, as células terroristas espalhadas pelo mundo inteiro.

Enfim, o começo do século XXI caracteriza-se pelo retorno à utilização sistemática da violência e da guerra como instrumentos ordinários para solucionar crises em nível internacional e, sobretudo, garantir a “tranqüilidade” necessária para os investidores do mercado neoliberal. Com efeito, as conseqüências mais graves do terrorismo, numa ótica neoliberal, são justamente a instabilidade dos mercados internacionais, a redução dos investimentos, o aumento do preço do petróleo etc. É para evitar isso que os EUA gastaram ingentes capitais a fim de desenvolver o papel de guardião da ordem internacional.

3.2 *As migrações internacionais.* É neste contexto que deve ser interpretada a mobilidade humana internacional contemporânea. Os estrangeiros e, de forma específica, os estrangeiros muçulmanos e de origem árabe, tornaram-se alvos de suspeita no mundo inteiro. As atitudes xenófobas e as violações dos direitos fundamentais aumentaram de forma assustadora. Um exemplo emblemático é o do assassinato, em 2005, do brasileiro Jean Charles de Menezes por parte da polícia britânica por ter sido, erroneamente, confundido com um terrorista. Apesar de se tratar de um crime hediondo, a luta ao terrorismo acabou quase que “justificando” o ato. São os sacrifícios necessários! Na mesma esteira, as ondas de refugiados e *desplazados* afegãos ou iraquianos são consideradas um mal tolerável e, até, justificável.

Ao mesmo tempo, assiste-se a uma forte indiferença em relação a situações de violação sistemática de direitos humanos em áreas geográficas estrategicamente pouco significativas, como é o caso de Darfur, no Sudão, onde, desde 2003, pelo menos 300 mil pessoas morreram e 2 milhões fugiram da região. Apesar da gravidade dos fatos ultrapassar expressivamente os mais famosos casos de atentados terroristas, a situação deste país africano não recebeu as devidas preocupações da comunidade internacional. Seria suficiente a utilização de uma insignificante porcentagem dos gastos militares para garantir a sobrevivência de dezenas de milhares de refugiados africanos. No entanto, a África toda continua sendo um continente abandonado, fora do circuito dos direitos e, eventualmente, explorado econômica e ecologicamente.

De qualquer forma, no começo do século XXI, apesar das guerras no Afeganistão e Iraque, houve uma gradativa diminuição do número de pessoas refugiadas e sob os cuidados do ACNUR. De acordo com o último relatório⁷, em 2005, registrou-se o menor número de refugiados e refugiadas dos últimos 26 anos, totalizando 8,4 milhões. A mudança é bastante relevante, sobretudo em se levando em conta que em 2001 o número era superior a 12 milhões. As maiores diminuições ocorreram no oeste da África, na região do CASWANAME⁸ (-19%) e na Europa (-15%). Entre as populações que registraram os maiores níveis de repatriação, cabe sinalizar, na ordem, os afegãos, os burundienses, os liberianos, os iraquianos e os angolanos.

Por outro lado, ocorreu um leve crescimento do número de pessoas sob os cuidados do ACNUR, devido ao aumento do número de *desplazados*. Em geral, cinco países incluem quase a metade do total de pessoas amparadas pelo ACNUR: na ordem, Afeganistão, Colômbia, Iraque,

⁷ UNITED NATIONS HIGH COMMISSIONER for REFUGEES - UNHCR. 2005 – *Global Refugee Trends*. Disponível em: <http://www.unhcr.org/statistics/STATISTICS/4486ceb12.pdf>. Acesso em 24.08.2006

⁸ Para o ACNUR, esta região compreende a Ásia Central, o Sudoeste asiático, a África do Norte e Médio Oriente.

Sudão e Somália. Levando em conta cerca de 2 milhões de *desplazados* internos, a Colômbia é o país que acolhe o maior número de pessoas desarraigadas sob os cuidados do ACNUR. Dramática é também a situação do Equador que, de acordo com as estatísticas, além de 10 mil refugiados oficialmente reconhecidos, conta com a presença de cerca de 250 mil pessoas desarraigadas de origem colombiana. No que diz respeito ao Brasil, os dados do ACNUR falam da presença no território nacional de 3.458 refugiados (2005), além de cerca de 4.000 colombianos na região de fronteira. Enfim, o caso Colômbia, junto com a difícil situação de Haiti, continuam sendo os principais desafios da América Latina em relação ao tema do refúgio e das pessoas desarraigadas.

No que se refere às migrações, em 2005, os dados da ONU falam em 191 milhões de migrantes internacionais, sendo que 6 em cada 10 vivem em países do Norte, 1 em cada 5 nos EUA. De acordo com as Nações Unidas, nos últimos anos não houve, no sentido estrito, uma restrição das políticas imigratórias. Com efeito, em 2005, apenas 22% dos governos manifestaram a intenção de reduzir a imigração, contra 40% em 1996. Isso revela que as restrições se referem principalmente à imigração irregular e não à imigração no sentido amplo.

Em 2004, 10 novos países entraram na União Européia: Polônia, República Checa, Hungria, Eslováquia, Eslovênia, Lituânia, Letônia, Estônia, e as ilhas de Chipre e Malta. Este evento tem provocado inquietações por parte de muitos países da “velha” UE, preocupados com uma eventual onda migratória interna. Ainda não há dados suficientes para avaliar o fenômeno. No entanto, o *Dossier Statistico Immigrazione 2005*, da Caritas Italiana, sustenta que em maio de 2005 eram 265 mil os cidadãos dos novos membros da União que trabalhavam nos países de UE15. O Dossiê pondera que, mais que os números, sejam justamente os “humores” e os “medos” a determinar as preocupações. Essas fobias estariam relacionadas à globalização econômica, à possível perda do padrão de vida europeu e, embora de forma indireta, ao já citado espectro do terrorismo, que na Europa fez suas vítimas sobretudo na Espanha (2003) e na Inglaterra (2005). Mais em geral, continua na UE, neste período, a imigração africana, asiática e latino-americana, bem como uma preocupante fuga de mão-de-obra qualificada.

Nos EUA, o assim chamado *patriot act* pós 11 de setembro tem provocado uma drástica redução das liberdades e direitos individuais de imigrantes e, mais em geral, de suspeitos de terrorismo. Muitos estrangeiros passaram e passam por reiteradas formas de constrangimento, nos aeroportos, nas alfândegas, nas fronteiras e nas próprias embaixadas. O “clima de guerra” justifica tudo. Muitas organizações internacionais denunciaram as violações de direitos fundamentais de estrangeiros, sem muitos resultados.

Neste contexto, a Corte Interamericana de Direitos Humanos emitiu a Opinião Consultiva OC-18 sobre as Condições Jurídicas e os Direitos dos Migrantes Indocumentados, chegando à conclusão de que o Estado, após ratificar um tratado de direitos humanos, deve introduzir em seu direito interno as modificações necessárias para assegurar o efetivo cumprimento das obrigações assumidas. Da mesma forma, os Estados têm o dever de garantir o pleno e livre exercício destes direitos e liberdades sem qualquer discriminação, inclusive com relação aos estrangeiros, que têm o direito à proteção da lei em pé de igualdade com os nacionais. Caso o governo não cumpra tal determinação, pode ser responsabilizado internacionalmente.

Por outro lado, em 2005, era calculado em cerca de 12 milhões o número de imigrantes residentes nos EUA de forma irregular. O número é enorme, mas tolerado por parte das

autoridades locais, pois necessário para as exigências da economia nacional. De fato, o trabalhador irregular é um trabalhador vulnerável, submisso, dócil, explorável, enfim, reúne todas as características que o mercado almeja! Portanto, apesar das detenções e repatriações periódicas, no fundo, tolera-se a presença maciça de trabalhadores irregulares.

Na América Latina, as crises econômicas e políticas pelas quais passaram os dois principais pólos de atração da América do Sul – Argentina e Venezuela – provocaram a diversificação dos fluxos internos, sendo o Chile o país que registrou o maior incremento de imigrantes. Em geral, neste período, a migração intra-regional continuou bastante limitada, sobretudo em se levando em conta o forte crescimento da emigração extra-regional. Cresceu de forma expressiva a emigração para os EUA e, nos últimos anos, para a União Européia. Os governos nacionais começam a elaborar políticas públicas para os patrícios residentes no exterior.

Na Ásia, continua forte, nesta época, a emigração para países economicamente mais desenvolvidos. Os migrantes asiáticos representaram cerca de 1/4 dos imigrantes que entraram nos EUA e cerca da metade dos que ingressaram na Austrália e Canadá. Cresceu, nesta época, também a emigração para a União Européia, com destaque para Reino Unido, Alemanha e Itália. No leste asiático, a emigração continua tendo um foco trabalhista, não sendo incentivada a permanência, a integração e a reagregação familiar dos migrantes.

No que se refere à emigração intra-regional, a região do Golfo permanece um pólo de atração, sobretudo após o fim da segunda guerra no Iraque. Ocorreram, recentemente, mudanças também no perfil da imigração, pois, após a construção da infra-estrutura básica, os estrangeiros foram envolvidos mais na área de serviços, o que provocou o aumento da migração feminina na região.

No que se refere ao continente africano, a emigração continua sendo relacionada com laços históricos e redes sociais. Os países da União Européia continuam sendo a meta privilegiada de africanos da região do Magreb e Subsahariana. Embora inferior em relação ao passado, continua também o fluxo rumo à região do Golfo. A migração intra-regional continua intensa, alcançando, em 2005, 14 milhões de unidades, apesar da relativa diminuição do número de refugiados. Na África do Sul é ainda alta a saída de mão-de-obra qualificada. Além disso, há uma forte presença de estrangeiros empregados no trabalho das minas, embora inferior em relação aos anos 70.

Em nível geral, nos últimos anos cresceu muito a procura por trabalhadores qualificados estrangeiros. Vários países do mundo elaboraram e estão elaborando legislações cada vez mais favoráveis para atrair trabalhadores com alto nível de formação. Um exemplo é o Anteprojeto de Lei de Estrangeiro no Brasil. A assim chamada “fuga de cérebros” se tornou fundamental num contexto econômico internacional em que a lucratividade está, principalmente, no trabalho intelectual, nas descobertas e invenções patenteadas. Os EUA são o primeiro país do mundo em atrair mão de obra qualificada, sobretudo da Europa e da Índia. Por outro lado, nos últimos anos, a União Européia tem registrado uma progressiva perda de “cérebros”, despertando as preocupações dos governos da região.

A questão das remessas é outro tema relevante da conjuntura contemporânea. Não é, claramente, uma questão que nasceu no novo milênio, pois há muitas décadas os emigrantes enviam dinheiro para familiares e amigos. No entanto, não há dúvida de que, nos últimos anos, registrou-se um substancial aumento da quantia de dinheiro enviada. De acordo com a ONU, o

valor total das remessas de migrantes passou de 102 bilhões de dólares, em 1995, para 232 bilhões, em 2005. Os próprios bancos estão reduzindo os impostos para agilizar o envio de remessas. A importância desse tema está no fato de que a emigração se tornou um caminho, real ou ilusório, de superação da pobreza ou, mais em geral, de melhoria das próprias condições econômicas, justamente pelo envio de remessas. Se a emigração, no fim do século XIX e começo do século XX, era uma maneira de reduzir a pressão demográfica, uma válvula de escape, agora se torna uma fonte de renda. Inteiras famílias, às vezes, sobrevivem mediante as remessas dos familiares no exterior.

No entanto, apesar dos aspectos positivos, não há unanimidade acerca da positividade das remessas para o desenvolvimento dos povos mais pobres e a superação da pobreza. São vários os temas debatidos: a fuga de mão de obra qualificada, que garante ricas remessas, mas empobrece os países mais pobres de capital humano; a volatilidade das remessas, que, geralmente, diminuem ou param quando o migrante fica desempregado, cria uma família no exterior ou perde seus entes mais queridos; os riscos de dependência que as remessas podem criar; os maus investimentos, com a conseqüente perda do capital.

Os temas econômicos se tornaram muito freqüentes no começo do novo milênio da Era cristã. Diante da crescente xenofobia, tenta-se mostrar como os emigrantes podem desenvolver um papel fundamental no desenvolvimento, tanto dos países de chegada, quanto daqueles de saída. Além das remessas, os intercâmbios e a troca de conhecimentos que a circularidade de trabalhadores qualificados pode oferecer são o principal instrumento de desenvolvimento das terras de origem; já, nos países de acolhida, sobretudo naqueles de baixo crescimento vegetativo, os emigrantes garantem a presença de mão-de-obra, qualificada e não, disponível para empregos rejeitados pelas populações nativas, e, sobretudo, um espírito de iniciativa superior às populações locais. Não é por acaso que cresce significativamente em vários países da União Européia o número de empresas criadas e dirigidas por imigrantes.

Outro fenômeno característico da última década do século XX e do começo do século XXI é a assim chamada “feminização das migrações”. Esta expressão, embora muito utilizada, não tem uma conotação unívoca. Para alguns, a feminização refere-se basicamente ao aumento do número de mulheres migrantes em nível internacional. Nos últimos dados da ONU, de 2005, as mulheres já eram a maioria dos migrantes internacionais em muitas regiões, como a América Latina e Caribe, a Europa (53%) e a América do Norte. Muito menor é a migração feminina na África e na Ásia. A média geral é de 49,6%.

Já outros teóricos sustentam que a feminização refere-se, principalmente, à mudança de perfil da mulher migrante. Dito de outra forma, ao lado da *reagregação familiar*, que continua sendo uma das principais causas das migrações femininas, cresce cada vez mais o número de mulheres que migram com um projeto migratório individual ou como chefe de família, ou seja, primeiro provedor de renda familiar. Neste caso, a feminização é mais qualitativa, que quantitativa.

Finalmente, há quem justifique a expressão “feminização das mulheres” em decorrência da maior visibilidade feminina no contexto contemporâneo. Nesta ótica, o que realmente mudou nos últimos anos, não é uma questão quantitativa ou qualitativa, e sim, simplesmente, uma maior visibilidade da mulher, como conseqüência de seu processo emancipatório em várias regiões do planeta.

Seja como for, não há dúvida de que a maior visibilidade da emigração feminina tenha contribuído para pautar debates acerca de políticas públicas específicas para mulheres migrantes, sobretudo daquelas que se encontram em situação de vulnerabilidade social, ou seja, que correm sérios riscos de vida ou de graves violências pelo contexto machista e explorador em que vivem. Vamos lembrar também que, apesar dos Protocolos de Palermo, de dezembro de 2000, terem orientado a comunidade internacional a uma maior eficácia no combate do tráfico humano, sobretudo do tráfico de mulheres e crianças para fins de exploração sexual, os resultados obtidos até 2005 eram bastante limitados.

3.3 Principais desafios. O começo do século XXI consolidou a entrada da questão migratória na pauta política e econômica internacional. Alguns acontecimentos são paradigmáticos para avaliar os principais desafios deste período.

Em primeiro lugar, desde a década de 90 e, sobretudo, no começo do terceiro milênio, se torna comum a utilização da categoria “transnacionalidade” – famílias transnacionais, comunidades transnacionais etc. – objetivando designar a existência de grupos sociais formados por migrantes que residem em países diferentes, mas que mantêm estritas relações econômicas, culturais e sociais. Este fenômeno se torna um desafio, sobretudo, quando relacionado com a questão familiar, a saber, a fragmentação do núcleo familiar em diferentes áreas geográficas. Por outro lado, a presença de comunidades transnacionais revela que muitos migrantes conseguem manter laços afetivos e identitários com a terra de origem, apesar das distâncias geográficas. É evidente que isso é possível, basicamente, pelo desenvolvimento dos meios de comunicação e transportes e, exclusivamente, para quem tem as condições econômicas de utilizá-los.

Neste período, pela primeira vez, foram publicados importantes relatórios multilaterais sobre o tema das Migrações Internacionais e os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio⁹. Tais objetivos foram assumidos, em 2000, pelos 191 Estados-membros das Nações Unidas e contemplam a redução da pobreza, a luta contra a fome, a redução das mortalidades infantil e materna, a questão de gênero, a reversão do progresso da Aids e a sustentabilidade do meio ambiente.¹⁰ A importância desses relatórios está no fato de que as Migrações Internacionais são abordadas numa ótica positiva, como possíveis caminhos de humanização do planeta.

De forma específica, cabe um destaque para os temas da saúde e do meio-ambiente. O tema da saúde esteve sempre relacionado com a migração, inclusive alimentando os preconceitos em relação aos migrantes enquanto vetores de doenças. No entanto, nos dias de hoje, o debate é mais complexo. Abrange, em primeiro lugar, a própria saúde psicofísica do migrante, envolvendo temas como a medicina transcultural, a etnopsiquiatria e o direito ao atendimento sanitário por parte de todos os migrantes, regulares e irregulares.

Em relação ao meio ambiente, em 2004, o tsunami na Ásia tem provocado um grande número de *desplazados*, alimentando o debate acerca da relação entre a grave crise ecológica e suas conseqüências para a mobilidade humana. De 2004 é também um relatório do PNUD que

⁹ Cf. UNITED NATIONS POPULATION FUND (org.) *International Migration and the Millennium Development Goals*. Selected papers of the UNFPA Expert Group Meeting. 2005; INTERNATIONAL ORGANIZATION OF MIGRATION. *The Millennium Development Goals and Migration*. 2005 (Migration Research Series, n° 20).

¹⁰ Sobre os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio: www.pnud.org.br

revela como as “catástrofes naturais”, na realidade, são catástrofes políticas ou antropogênicas, pois o número de mortos e, inclusive de *desplazados*, depende basicamente da capacidade que o país envolvido tem em investir em ações de prevenção. Enfim, quem mata são antes as desigualdades sociais que as catástrofes naturais. Outro tema atual é o das barragens e de outros megaprojetos que, além de graves conseqüências ecológicas, resultam no deslocamento forçado de inteiras comunidades para áreas impróprias e inadequadas.

Os atos violentos que se desencadearam em novembro de 2005, na França, com a queima de centenas de carros, despertaram a comunidade internacional em relação ao tema da incorporação (integração) dos migrantes, sobretudo das segundas e terceiras gerações. A questão se tornou extremamente desafiadora, pois o país envolvido é um daqueles que tentou formular e implementar uma planejada política de integração. O fracasso do modelo levanta um conjunto de questionamentos: Como construir uma sociedade intercultural? Que modelo educacional adotar? Como fazer com que os filhos e filhas de estrangeiros se sintam em pátria? Como garantir oportunidades de trabalho para todos?

Esse acontecimento levanta também uma problemática mais geral, que abrange o sistema econômico mundial, ou melhor, a “crise” do sistema econômico mundial, que produz lucros sem produzir empregos. Se a França não tem condição de oferecer oportunidades econômicas para os migrantes, quem pode fazê-lo? Qual será o futuro, nos próximos anos, dos migrantes internacionais? Mantendo o atual modelo econômico, será possível oferecer oportunidades laborais para a maioria da população mundial?

Um sinal de esperança, nos primeiros anos do século XXI, é representado pelo aumento dos protestos e das organizações que defendem os direitos dos migrantes e, mais em geral, das pessoas excluídas do sistema econômico. O Fórum Social Mundial de Porto Alegre, desde 2000, alimenta a busca de alternativas, na consciência de que são necessários novos paradigmas para a construção de um mundo mais humano. É neste contexto que nasceu, em 2005, o Fórum Social das Migrações que, em 2006, foi realizado, em sua segunda edição, na Espanha, com a presença massiva de centenas de organizações não-governamentais.

Embora fora do período de referência, não podemos deixar de citar os protestos que aconteceram desde 1º de maio de 2006, nos EUA, contra as propostas de Lei de Estrangeiro. A organização dos migrantes nos EUA revelaram a existência de um novo sujeito social transformador e anti-sistêmico, capaz de mobilizar multidões, em busca do reconhecimento dos direitos humanos fundamentais. Os migrantes se tornam protagonistas da própria história. Neste âmbito, o grande desafio dos próximos anos será a articulação desses atos de protesto e, sobretudo, a unidade entre os grupos sociais mais excluídos e discriminados, como, por exemplo, a comunidade negra estadunidense, os imigrantes com a cidadania americana e os migrantes irregulares.

Por fim, diante do espectro do terrorismo, o grande desafio se torna o caminho do diálogo. Os fatos revelam que a lógica da guerra e da exclusão não resolve os problemas. Simplesmente os adiam e, freqüentemente, os acirram. A única solução duradoura para essa questão passa pelo diálogo entre povos, religiões e civilizações, diálogo que pressupõe a superação de todas as formas de violência, daquelas estruturais (econômicas), institucionais (políticas) e religiosas (terrorismo de cunho fundamentalista). Apenas um consenso multilateral sobre essas questões poderá apontar caminhos concretos e humanos de superação do impasse atual.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BAUMAN, Zygmunt. *Vidas desperdiçadas*. São Paulo: Zahar, 2005

COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE L. *Panorama Social da América Latina de 2004*. Disponível em: <http://www.eclac.cl/cgi-bin/getProd.asp?xml=/publicaciones/xml/6/20386/P20386.xml&xsl=/dds/tpl/p9f.xsl&base=/tpl/top-bottom.xsl> Acesso em: 22.09.2005

CORTI, Paola. *Storia delle migrazioni internazionali*. Roma: Laterza, 2003.

INTERNATIONAL ORGANIZATION OF MIGRATION. *The Millennium Development Goals and Migration*. 2005 (Migration Research Series, nº 20).

_____. *World Migration 2005*. Costs and benefits of international migration. Geneva: IOM, 2005 (IOM World Migration Report Series, nº 3). Disponível em: <http://www.iom.int/iomwebsite/Publication/>. Acesso em: 22.09.2005

KURZ, Robert. “Barbárie, migração e guerras de ordenamento mundial”. In: SERVIÇO PASTORAL DOS MIGRANTES (org.). *Travessia na desordem mundial*. Fórum Social das Migrações. São Paulo: Paulinas, 2005, p. 25-36.

OFICINA INTERNACIONAL DEL TRABAJO. *En busca de un compromiso equitativo para los trabajadores migrantes en la economía globalizada*. Disponível em: <http://www.ilo.org/public/spanish/standards/relm/ilc/ilc92/pdf/rep-vi.pdf> Acesso em: 22.09.2005

ONU - Consejo Económico y Social. *Seguimiento de la población mundial, con especial referencia a la migración internacional y el desarrollo*. 2006. Disponível em: http://www.cinu.org.mx/prensa/especiales/2006/Migracion/poblacion_04_04_06.pdf Acesso em: 24.08.2006

ONU. *Convenção Internacional sobre a Proteção dos Direitos de todos os Trabalhadores Migrantes e dos Membros das suas Famílias*. Disponível em: http://www.csem.org.br/convencao_port.doc Acesso em: 24.08.2006.

ONU. *World Economic and Social Survey – 2004*. Disponível em: <http://www.un.org/esa/analysis/wess/wess2004files/part2web/part2web.pdf> . Acesso em: 24.08.2006.

UNITED NATIONS HIGH COMMISSIONER for REFUGEES - UNHCR. 2005 – *Global Refugee Trends*. Disponível em: <http://www.unhcr.org/statistics/STATISTICS/4486ceb12.pdf>. Acesso em 24.08.2006

UNITED NATIONS POPULATION FUND (org.) *International Migration and the Millennium Development Goals*. Selected papers of the UNFPA Expert Group Meeting. 2005